Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ____/____/____
Cod. 3544

Relatório

Consulta com Igreja Metodista
sobre
Pastoral Indigenista

Lucas Emanuel Marins

16 a 18 de março de 2003

Sede Nacional da Igreja Metodista - São Paulo

Acervo ISA

Produção do Relatório

Texto: Solange e Silas
Fotos: Solange
Capa: cartão postal com arte de Lúcio (12 anos) – um dos premiados no concurso promovido pela Pastoral Indigenista/4ª RE - IM

Acervo ISA

1. ANTECEDENTES

Esta Consulta é fruto de uma reivindicação dos participantes do Grupo de Trabalho Indigenista (GTI) da Igreja Metodista que, desde o final dos anos 90, vem sendo apresentada ao Colégio Episcopal desta Igreja. Tal proposta ganhou força após a realização da "1ª Consulta com as Pastorais Indigenistas Protestantes" (nov./2001), realizada através da parceria entre Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e o Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME) – com apoio do Conselho Latino Americano de Igrejas (CLAI).

Nesta ocasião o(a)s vinte e cinco participantes pertencentes a seis denominações religiosas fizeram diversas recomendações ao GTME. Listamos algumas que dizem respeito a articulação entre as Pastorais Indigenistas e ao incentivo e qualificação das Igrejas às quais pertencem, frente à realidade indígena:

"- organização de uma consulta, envolvendo as lideranças das Igrejas para discutir, no âmbito institucional, a questão da Pastoral Indigenista;

- definir mecanismos que facilitem a comunicação e a informação entre as Pastorais;

- estimular as Igrejas a reconhecerem a importância do trabalho indigenista e darem apoio a(o)s missionário(a)s que estão em área. Promover processos de formação e informação dentro das Igrejas e motivar membros para a causa indígena. Marcar presença nos momentos e estruturas de decisão das Igrejas."

Além das questões internas e prementes que envolvem o indigenismo metodista, esta Consulta tornou-se bastante oportuna pelo fato de muitas questões estarem mudando no cenário brasileiro, desde as características do novo Governo Federal às mudanças do contexto indígena. É necessária uma agenda de urgência que dê conta das questões centrais e das periféricas. e para tal também é primordial redefinir como se dará a relação da Igreja com a Pastoral Indigenista.

2. PARTICIPANTES

- Bispos e Bispa da Igreja Metodista
- Secretários e Secretária Nacionais
- Agentes Indigenistas e representantes das Pastorais Regionais e do GTI
- representantes de Instituições de Ensino Metodista
- representantes do GTME – executiva e diretoria

Registrou-se a ausência de Lúcia Leiga que, quando coordenadora nacional da Ação Social, incentivou e lutou para que se viabilizassem os trabalhos indigenistas. Também lamentou-se a ausência de Márcia Suzuki.

Acervo ISA

3. Viabilização

Para a realização desta Consulta o GTME atuou como articulador e promotor – em conjunto com a Coordenadoria Nacional de Ação Social da IM – elaborando a proposta de programa e viabilizando apoios com CESE e Rede Metodista de Educação - IPA, através de um projeto específico.

A CESE colaborou com questionamentos sobre o projeto que auxiliaram na definição clara de estratégias e resultados esperados, além de cobrir os gastos com boa parte das passagens, assim como com secretaria e execução deste relatório.

A Rede Metodista de Educação participou com duas pessoas, cobriu seus custos de viagem e garantiu a alimentação durante o evento. A relação com esta Rede está auxiliando na aproximação do indigenismo com as instituições de ensino da Igreja.

A Igreja Metodista garantiu a hospedagem, em suas dependências, além de garantir a presença dos Bispos através do encaixe da data desta Consulta à reunião do Colégio Episcopal.

4. Programa / Momentos da Pauta

16/03 Domingo	**17/03 Segunda**	**18/03 Terça**
Chegada	08hs **Propostas** - para o GTI, Pastorais Regionais e Campos de Atuação	08hs **Conversa com o Colégio Episcopal** - caminhos para o Indigenismo Metodista - contribuição do GTME
14hs **Avaliação** - dos Campos de Atuação Indigenista e da Relação GTI, Pastorais Regionais E Igreja Metodista	14hs **Conversa com Bispos e Secretários Nacionais** - o GTI, as Pastorais Regionais e os Campos de Atuação	
Livre	**Redação de Documentos**	

1° Momento - Avaliação

participantes: Keila Guimarães, Ana Cláudia, João Luis, Zélia Soares, Marly Schiavini, Silas Moraes, Levi Marques, Solange Silva, Jaider Batista, Genilma Boëhler, Saulo Baptista

Frente a questões palpitantes, o diálogo teve inicio por uma análise ampla de questões relacionadas ao indigenismo metodista, passando por pontos como o Ministério Barco-Hospital, terceirização das ações, capacitação do(a)s missionário(a)s e modificações nos parâmetros jurídicos nacionais.

Em seguida, o(a)s agentes de área fizeram um relato de seu campo missionário buscando pontuar o histórico, o contexto político regional, as relações de parceria, os entraves, as ênfases, os desafios, as condições financeiras e as perspectivas dos trabalhos.

Acervo ISA

Avaliando e levantando propostas...

2° Momento - Levantamento de Propostas

participantes: Keila Guimarães, Ana Cláudia, João Luis, Zélia Soares, Marly Schiavini, Silas Moraes, Levi Marques, Solange Silva, Jaider Batista, Genilma Boëhler, Saulo Baptista, Luis Aparício, Paulo da Silva e Maria Imaculada

Este foi o momento de pontuar alternativas para equacionar as questões que preocuparam o grupo na análise inicial. Dentre as propostas há algumas mais estruturais, relacionadas ao espaço de definição sobre os campos de atuação e a existência da Pastoral Indigenista, assim como pontos específicos a situações vividas em cada região.

3° Momento - Debate com Líderes Nacionais da Igreja

participantes: B. João Alves, B. Adolfo Evaristo, José Pontes, Luiz Escobar, Stanley Moraes, Keila Guimarães, Ana Cláudia, João Luis, Zélia Soares, Marly Schiavini, Silas Moraes, Levi Marques, Solange Silva, Jaider Batista, Genilma Boëhler, Saulo Baptista, Luis Aparício, Paulo da Silva e Maria Imaculada

Nesta ocasião foram debatidas as preocupações colocadas pelo grupo indigenista, sendo apresentadas pelos líderes da Igreja diversas explicações e/ou contestações. Isto permitiu que o grupo indigenista lapidasse as propostas, que foram posteriormente colocadas em documentos e apresentadas ao Colégio Episcopal.

Acervo ISA

4° Momento - Conversa com Colégio Episcopal

participantes: B. João Alves, B. Adolfo Evaristo, B. Marisa Coutinho, B. Josué Lasier, B. Paulo Lockmann, B. João Lopes, B. Adriel Maia, Stanley Moraes, Keila Guimarães, Ana Cláudia, João Luis, Zélia Soares, Marly Schiavini, Silas Moraes, Levi Marques, Solange Silva, Luis Aparício, Paulo da Silva e Maria Imaculada

Foi momento de apresentar um histórico da caminhada indigenista metodista, apresentar o documento com o registro do debate e propostas levantadas nos dias anteriores e fazer a leitura das cartas – que solicitavam algumas providências específicas a dois temas considerados emergenciais. Também foi esclarecido e debatido o papel do GTME frente ao indigenismo evangélico / protestante.

5. Detalhamento das Questões Tratadas

Momento Vivido pelo Indigenismo Metodista

Nos Campos de Atuação

Kanamari (CMA): esta missão iniciou com Silas Moraes e Marcos Wesley em 1993. Não havia estrutura nenhuma para iniciar, mas a parceria com a organização não governamental Operação Amazônia Nativa (OPAN), possibilitou a inserção dos missionários. Nesta ocasião a missão utilizava e dividia os custos do uso e da conservação de: casa, telefone, barcos e motores, além de usufruir do espaço político conquistado pela OPAN.

A Missão Metodista junto aos Kanamari (MIMEKA) tem colaborado também com o povo Kulina, através da realização de cursos, seminários e encontros, comuns aos dois povos. As ações foram direcionadas, desde o início, por um cunho político-pedagógico, priorizando os trabalhos na escolarização. No ano 2000 a SEDUC-AM assumiu a formação de professores indígenas que haviam tido formação inicial com MIMEKA. O Estado fez um jogo inaceitável, cooptando os indígenas até que estes elaboraram uma carta desautorizando a presença das ONG's em área. A relação entre as entidades e o Estado está fragilizada, assim como a relação destas duas entidades com o COMIN, histórico parceiro de área.

A questão da saúde também desgastou bastante a relação com o Estado devido ao fato de seu modelo de atuação ser assistencialista e visivelmente fraudulento. A assistência está suspensa, o programa de imunização está incompleto pelo desconhecimento e pouca vontade de quem está envolvido no trabalho. Agora as lideranças indígenas estão questionando, pois o(a)s agentes indígenas de saúde não estão tendo atitudes críticas pelo fato de estarem recebendo salários.

A MIMEKA tem colaborado desde 1997 com elaboração de projetos para captação de recursos e execução de programas que são comuns aos dois povos e às duas entidades, como no caso do Projeto de Proteção às Terras Indígenas e outro em implementação no momento, com financiamento do PDPI – Programa Demonstrativo para Povos Indígenas - ambos viabilizados por recursos públicos federais e requerendo formação indígena para autonomia na gestão de projetos financeiros e execução dos programas.

Acervo ISA

Atualmente a MIMEKA tem apenas uma pessoa a qual faz parte dos quadros dos Campos Missionários da Amazônia - CMA. No novo cenário de Eirunepé há necessidade de recompor a equipe de área de forma mais qualificada, com pessoas que tenham perfil para trabalhar com formação indígena para a autonomia em projetos e fazer o acompanhamento dos professores indígenas. A SEDUC-AM realizou apenas duas etapas do curso e desde meados de 2001 suspendeu esta atuação.

A falta de recursos para o programa global da MIMEKA exige que a equipe de área se ocupe em elaborar inúmeros projetinhos para dar conta das atividades, tendo ainda que submeter seu programa às exigências das agências que dispõem de recursos.

Tremembé (REMNE): os trabalhos de área iniciaram em 1997 com Karla Monteiro. Como missionária da Igreja Metodista, Karla apresentou-se a Associação Missão Tremembé (AMIT) para compor sua equipe, de onde recebia metade de seu sustento.

Com o rompimento com a linha de atuação da AMIT, Karla buscou junto às lideranças indígenas o respaldo para dar continuidade às atividades de formação de professores que já havia iniciado; as lideranças a acolheram com carinho e respeito. A IM passou, assim, a assumir integralmente a manutenção desta missão.

Neste trabalho de formação outras parcerias surgiram, qualificando a formação indígena. A UFC, a ANAÍ, o Conselho de Educação do Ceará e o IMOPEC foram as parcerias mais importantes na consolidação do Magistério Indígena Tremembé (MIT). O projeto MIT foi enviado ao MEC, tendo a UFC como entidade proponente, assumindo inclusive a coordenação pedagógica.

A AMIT e a SEDUC-CE boicotaram este processo o quanto puderam. A AMIT jamais se aproximou, mas a SEDUC acabou por se aproximar e assumiu os custos com alimentação durante seis meses. O Curso de Magistério teve quase quarenta etapas e agora em março foi concluído. Ainda está se negociando a titulação com o CEC e a SEDUC. Uma etapa de avaliação deverá acontecer em maio, nesta ocasião serão avaliado(a)s o(a)s professore(a)s em formação e encaminhados os trâmites para o início do processo no terceiro grau

Em julho de 2002 Karla e Silas saíram do projeto, por razões pessoais e Solange Pereira assumiu por cinco meses. Na reunião de avaliação onde estavam presentes a Bispa Marisa Coutinho (Região Missionária do Nordeste-REMNE), o superintendente distrital da região e Solange, as lideranças indígenas reafirmaram o desejo de continuar tendo a Igreja Metodista como parceira. Com muita clareza apontaram o acompanhamento aos professore(a)s, e à sua entidade CITA como eixo do trabalho. Como princípio, pediram que continuassem sendo respeitados seus próprios costumes.

Desde dezembro de 2002 até início de abril de 2003 ninguém da Igreja Metodista estava em área. Dada a especificidade do momento, em virtude do processo de titulação, avaliação e encaminhamentos para a seqüência do processo, buscou-se garantir uma pessoa com perfil adequado às demandas. Contatou-se Marly Schiavini, parceira da igreja Metodista desde a criação do trabalho com o povo Krenak. Esta indigenista assumiu em abril/2003 a Ação Metodista Tremembé por um período de seis meses.

Krenak e Pastoral da 4ª RE: o início do trabalho Metodista entre os Krenak foi em início dos anos 80 e se deu numa situação emergencial de fome. Um grupo de pessoas ligadas à IM e Igreja Católica se articulou para garantir alimentos nos períodos de entressafra, conseguindo desde cesta básica a apoio na produção de roçados.

A escolarização do povo Krenak sempre se deu na articulação com as instâncias oficiais para garantir escola diferenciada. O grupo de apoio, formado por vários profissionais dava o apoio pedagógico e aulas de reforço.

Acervo ISA

Com a conclusão das séries iniciais, alguns estudantes indígenas reivindicaram ao grupo de apoio, condições para se manterem na cidade para continuar seus estudos. Desta forma 18 estudantes conseguiram uma casa, o dejejum e o transporte na sede do município. Atualmente seis indígenas, tendo obtido aprovação no vestibular comum, estão cursando o terceiro grau.

Durante todos estes anos as casas de indigenistas e amigos dos índios serviram de apoio para as atividades, sem ônus para a Igreja. Marly Schiavini, funcionária do estado sempre foi uma das pessoas que disponibilizou sua casa e seu trabalho para que as atividades junto aos índios fossem executadas, chegando a atuar pela Missão Krenak, por algum tempo.

A FUNAI é uma parceira circunstancial. As conquistas dos serviços se dá mais pela relação pessoal com o funcionário local através do convencimento e pela pressão do que por uma relação institucional.

Desde 1995 criou-se na 4ª RE uma Pastoral Indigenista para servir de apoio a este Grupo de Solidariedade, além de atuar no incentivo para implementar outras ações junto a povos indígenas, através de um trabalho de conscientização com as igrejas da região. Atualmente a Pastoral Indigenista, na pessoa da Pastora Zélia Soares, busca recursos para custear o transporte dos estudantes de terceiro grau, o que está sendo custeado pelos próprios estudantes. Há uma possibilidade de aprovação de um projeto da Inglaterra para manutenção destes estudantes.

As Igrejas local e regional destinam alguns recursos. São R$ 500,00 mensais para combustível para o deslocamento de indigenistas em área. As distâncias são grandes e o acesso nem sempre é fácil, devido às condições das estradas de terra.

A Pastoral também assessora politicamente os Aranã, povo ressurgido, em seu processo de reconhecimento; aos Guarani no Espírito Santo, onde a Igreja local já manteve diversas ações; e aos Pankararu, no Sul da Bahia, que foram ajudados pela IM na compra de lotes de terra.

O Grupo de Solidariedade aos Krenak tem se mantido nos últimos 20 anos com ações constantes e qualificadas, mas sempre dependendo da disponibilidade de tempo das pessoas que o compõem. Atualmente o grupo está parcialmente desarticulado, necessitando repensar estratégias para manter o apoio a este povo.

Missão Tapeporã (5ªRE): Paulo e Ima não estavam presentes na ocasião de relato dos projetos., mas uma parte do registro da atuação desta missão consta neste relatório no item "Conversa com o Colégio Episcopal/Histórico", devido a ser a ação indigenista mais antiga da IM no Brasil.

No Contexto Geral

Estas questões foram centrais dentro da Consulta, estando bem destrinchadas no Documento e nas Cartas apresentadas ao Colégio Episcopal. Neste item do relatório apenas pretendemos esclarecer a respeito do processo de discussão de alguns pontos, acrescentando informações que não constam ou estão tratadas sem tanto detalhamento nos documentos (no item "Conversa com o Colégio Episcopal/Documento e Cartas").

Acervo ISA

O grupo teve conhecimento das publicações do CMA – Desafio's da Amazônia (n° 1) e da REMNE – Compartilhar logo no início da reunião e sentiu-se preocupado com algumas colocações expressas nestes informativos.

Referente ao **Ministério Barco Hospital** consta no "Compartilhar" o entusiasmo do coordenador deste Ministério em visita aos Ianomâmi. No "Desafio's da Amazônia" consta uma chamada de capa, onde fica explícita a idéia de que o Ministério já estaria buscando pessoal para seu funcionamento. Conhecedores da realidade amazônica, diversos dos participantes deste grupo indigenista lembraram situações onde este tipo de assistência já tem demonstrado ineficiência, sendo também inviável pensar que um atendimento a indígenas seja feito sem formação específica. Isto poderia gerar problemas diversos que são apontados na carta ao Colégio Episcopal.

No mesmo informativo do CMA também constavam as **designações episcopais** para dois missionários que atuam pela JOCUM - Jovens com uma Missão, sendo já declarado a viva voz por uma destas (Márcia Suzuki) a não pretensão de abandonar esta entidade para-eclesiástica, no sentido de assumir sua ação indigenista através da IM. Isto levou o grupo a recordar as dificuldades já vivenciadas pela Igreja com o fato desta missionária estar sendo envolvida em uma ação judicial por conta de atitudes da JOCUM, o que redundou em amparo de advogados por parte da IM. O grupo então manifestou-se contra a **terceirização das ações** indigenistas pela parte da Igreja, apontando atitudes que considerou emergenciais frente a tais designações episcopais.

No terceiro momento – Debate com lideranças da Igreja, foram colocados alguns dados e considerações que ajudaram a clarear a questão do Ministério Barco Hospital:

- O convênio com a Visão Mundial ainda estava condicionado a uma análise de recursos e decisão do Colégio Episcopal;
- O custo mensal para manutenção deste ministério está calculado entre 18 e 20 mil reais (equivalente ao orçamento anual para alguns dos campos de ação indigenista);
- Haveria uma possibilidade de melhor utilização do barco nos arredores de Altamira/PA, onde há diversas famílias ribeirinhas metodistas;

Como forma de apontar alternativas para a **manutenção dos trabalhos** indigenistas, com recursos da IM do Brasil, o grupo cogitou a possibilidade de a Oferta Missionária ser utilizada em 50% de sua arrecadação para ações sociais. No diálogo com os líderes da IM alguns fatos foram destacados e esclarecidos:

- A utilização da imagem de ações indigenistas vem despertando interesse das igrejas e seus membros no sentido de apoiar estes trabalhos (o que é demonstrado pelo volume de cartas recebidas pelos indigenistas);
- Os recursos são destinados em 70% para o CMA e a REMNE, cabendo a decisão de como utilizá-los a um debate interno feito em cada um destes campos missionários;
- Os 30% restantes são colocados em um fundo, administrado nacionalmente;
- A inclusão dos trabalhos indigenistas como beneficiários destes recursos dependem de negociações com as administrações destes campos ou com o COGEAM, no caso do fundo nacional;
- O CMA e a REMNE não têm destinado tais recursos às ações indigenistas.

Acervo ISA

debatendo com as lideranças...

Conversa com Colégio Episcopal

Histórico (apresentado)

A Igreja Metodista está historicamente ligada à Questão Indígena. John Wesley teve contato com os povos nativos na América do Norte. Há cinqüenta anos o médico Edson Araújo de Juiz de Fora foi nomeado para atuar no mato Grosso do Sul. A Federação das Mulheres deu sustento para o médico se manter. Depois um enfermeiro e técnico agrícola foi nomeado para atuar junto aos índios Kaiowa.

Em 1972 a partir de uma experiência pessoal, o Bispo Scilla Franco se dispôs a retomar o trabalho com os índios; cria-se um grupo de apoio ao seu trabalho, o qual ganharia mais tarde o nome de Grupo de Trabalho Indigenista – GTI, oficializando e dando corpo a Missão Tapeporã, atendendo aos povos Kaiowa, Terena e Guarani Nandeva.

Em 1977 com a saída do bispo por questões de saúde, o trabalho ganha um cunho preponderantemente de apoio econômico, com o agrônomo Áureo Brianezi a frente do trabalho. Em 1983 assume Paulo Silva, logo acompanhado por Imaculada, redimensionando a atuação. As condições financeiras, de então, eram boas e o orçamento anual era em torno de U$ 130.000,00 para as ações da Missão Tapeporã.

Nesta época também era criado o GTME e outras ações indigenistas começaram a ser desenvolvidas em outras regiões do Brasil, sendo importante o intercâmbio ecumênico e o apoio do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Com isto passa a

Acervo ISA

ocorrer reuniões esporádicas do grupo indigenista metodista e o termo GTI ganha uma nova dimensão, enquanto equivalente às outras Pastorais Indigenistas Evangélicas que começaram a ser criadas. Caminhava-se na direção de um Ministério Indigenista. Sonhava-se que houvesse na estrutura da Igreja a Coordenação do Ministério Indigenista.

Em 1992 na Semana Teológica a questão indígena foi colocada na pauta de reflexão da Igreja e em 1993 este grupo de indigenistas reelaborou a proposta que orientava a Igreja no que se referisse a trabalhos com povos indígenas. Esta foi estudada pelo Colégio Episcopal, retornou aos indigenistas para um aprofundamento, sendo publicada como Diretrizes Pastorais para a Ação Missionária Indigenista.

Atualmente a Pastoral Indigenista é uma das cinco Pastorais ligadas à Coordenação Nacional de Ação Social, mas ainda busca uma forma condizente com suas atribuições de estar na estrutura da Igreja Metodista; firmando seus trabalhos como ação institucional.

Entre 1992 e 1995 o GTME, como espaço legítimo de referência das ações indigenistas evangélicas, deu muito apoio para a formação indigenista. Atualmente a maior parte de agentes indigenistas metodistas teve formação viabilizada pelo GTME.

...e participando da reunião do Colégio Episcopal.

Acervo ISA

Documento e Cartas (lidos e entregues)

IGREJA METODISTA
Reunião Pastoral Indigenista / GTME / Colégio Episcopal / Secretários Nacionais

PREOCUPAÇÕES

- Designações episcopais – terceirização da ação missionária da Igreja.

Tem acontecido ultimamente, na região norte, designações de missionários de trabalhos da JOCUM entre povos indígenas sob sua formação e orientação teológica e técnica. Estamos delegando a terceiros nossas obrigações missionárias.
Estabelece-se, assim, uma relação de utilitarismo mútuo, onde a Igreja Metodista se utiliza da imagem e relato dos trabalhos desses missionários para propaganda e divulgação de sua missão; por outro lado, os missionários beneficiam-se de aumento nas coletas financeiras que sustentam seus trabalhos e procuram proteção eclesiástica, de notório respaldo institucional, que a JOCUM não tem condições de oferecer, principalmente em situações críticas como enfrentamento judicial (como já aconteceu).

- Estruturação institucional e parcerias.

Historicamente os trabalhos metodistas missionários indigenistas, por sua constituição frágil em termos de consolidação institucional e financeira, têm sido pautada por ricas experiências de parceria com organismos diversos. Estas parcerias, no entanto, são positivas e negativas. Positivas porque amplia a rede de relações de solidariedade aos povos indígenas. Negativas porque sinalizam a incapacidade de sustentabilidade e continuidade programática e conceitual dos trabalhos missionários existentes.

- Formação: Captação de pessoal; renovação de quadros.

A Igreja Metodista não oferece formação indigenista, nem trabalha com programas vocacionais para a missão indigenista. Sequer cria mecanismos para captação de recursos para formação e vocação. Os quadros atuais foram formados pelo GTME, que é parceiro histórico da Igreja na questão indígena. Houve um tempo em que campanhas de vocação, em parceria com o GTME, foram realizadas e entendemos que devem ser retomadas em caráter de urgência. Há uma carência imediata de missionários qualificados para suprir as vagas já existentes (MIMEKA, Tremembé a partir de setembro).
A conjuntura do trabalho missionário indigenista, exige cada vez mais, especialização em áreas pontuais para responder as demandas das realidades dos povos com os quais atuamos. Além de conhecimentos técnicos específicos, é necessário boa formação antropológica, histórica e teológica direcionadas à questão indígena.

- Manutenção dos projetos: recursos, forma continuada.

Hoje existe uma grande instabilidade e insegurança quanto a execução mínima das ações necessárias devido a falta de recursos. Isso faz com que os trabalhos sejam fragmentados exigindo das equipes uma constante elaboração de pequenos projetos. Corremos o risco de não visualizar a ação como um programa contínuo.

- Ruptura Teológica.

A Ação Missionária Indigenista compõe a Missão da Igreja. No entanto, a atual estrutura eclesiástica moldada em termos de Coordenação de Expansão Missionária e Coordenação de Ação Social promove uma ruptura eclesial (de vivência comunitária e conciliar). Historicamente os programas e pessoas que concebem a Missão de forma mais integral

Acervo ISA

foram reunidas no chamado grupo da Ação Social; aqueles preocupados com agregar novos membros à Igreja foram reunidos no chamado grupo Expansão. Neste modelo, vivenciamos a realidade de que algumas ações agregacionistas alcançam povos indígenas, sem compromissos com as garantias constitucionais civil e eclesiástica. Compromete-se, assim, a caminhada histórica do trabalho indigenista metodista.

- Parcerias com instituições de ensino.

Os trabalhos metodistas junto a povos indígenas têm como característica predominante a ação educativa. Neste sentido, é necessária uma consolidação de parceria com as Instituições Metodistas de Ensino.

- Novos parâmetros jurídicos.

Na sociedade brasileira existem garantias constitucionais dos direitos fundamentais dos povos indígenas. A Igreja Metodista em suas Diretrizes Pastorais para a Ação Missionária Indigenista, na página 14, "estará sempre atenta a todas e quaisquer formas de desrespeito desses direitos". Diante disso, não podemos referendar trabalhos que infringem a legislação brasileira e as orientações eclesiásticas.

PROPOSTAS

Considerando:

- Que já existe na nomenclatura estrutural da Igreja Metodista, a Pastoral Indigenista como parte da coordenação Nacional da Ação Social, referendado pelas Diretrizes Pastorais para a Ação Missionária Indigenista
- Que o GTI já cumpriu sua função, podendo deixar de existir a partir de agora.

Propomos:

- Que a Pastoral Indigenista seja composta com todos que atuam junto a povos indígenas com nomeação ou designação episcopal.
- Que a Pastoral seja assessorada por um Grupo de Apoio composto por pessoas identificadas com as Diretrizes Pastorais para a Ação Missionária Indigenista da Igreja Metodista.
- Que as nomeações ou designações, políticas e estratégias indigenistas sejam definidas pelo Colégio Episcopal, assessorada pela Pastoral Indigenista.
- Que seja nomeada uma pessoa de referência, a partir de consulta à Pastoral Indigenista e ao Grupo de Apoio.
- Que a manutenção dos missionários (subsídio e demais garantias canônicas) seja assumida pela Igreja Nacional (em seu orçamento). Que os recursos adquiridos com projetos diversos sejam exclusivamente aplicados nas ações programáticas previstas.
- Que a Igreja Metodista assuma a formação indigenista de seus missionários por meios próprios (Faculdade de Teologia, estágios, cursos diferenciados) e/ou em parceria com GTME.
- Que sejam garantidos, no orçamento nacional, recursos para realização de um Encontro Nacional Anual da Pastoral Indigenista.
- Que se viabilize a elaboração de um (in)formativo nacional que torne público os trabalhos missionários metodistas com informações históricas e atuais. Que se mantenha acessíveis publicações específicas quanto ao trabalho indigenista metodistas.

Acervo ISA

São Paulo, 17 de março de 2003.

Aos Revmos Bispos e Bispa

João Alves de Oliveira Filho – Presidente do Colégio Episcopal
Paulo de Tarso Lockmann – 1ª Região
Luis Vergílio Batista da Rosa – 2ª Região
Adriel de Souza Maia – 3ª Região
Josué Adam Lasier – 4ª Região
João Carlos Lopes – 6ª Região
Marisa de Freitas Coutinho – REMNE
Adolfo Evaristo de Souza – CMA

Ref.: designações de missionários da JOCUM como missionários metodistas nos CMA

Paz e bem.

A Pastoral Indigenista e o Grupo de Apoio à Pastoral Indigenista vem, através desta, manifestar o estranhamento diante das designações episcopais do corrente ano para os Campos Missionários da Amazônia, publicados no Expositor Cristão de março de 2003, e no circular regional Desafio's da Amazônia, referentes às designações de dois missionários da JOCUM, Márcia Suzuki e Ulisses de Souza.

Considerando:

- Que o trabalho missionário indigenista metodista segue orientações teológicas e metodológicas específicas e orientadas pelas diretrizes metodistas.
- Que a Igreja Metodista se fez presente historicamente entre povos indígenas a partir de demandas dos mesmos, em situações concretas que exigiram ações de solidariedade que se consolidaram como projetos metodistas.
- Que os trabalhos indigenistas de Márcia e Ulisses são por eles mesmos declarados como trabalhos da JOCUM; que os mesmos solicitam apoio financeiro da Igreja, mas que seguem formação teológica e orientação metodológica da JOCUM.
- Que a Igreja Metodista, apesar da prática reincidente de designação da missionária Márcia como missionária metodista e da afirmação que o trabalho entre os Suruaha seria metodista, não assume canonicamente suas responsabilidades com a missionária e muito menos com o acompanhamento teológico e metodológico com a missão entre os Suruaha.
- Que a designação da Márcia como missionária metodista abriu precedente, que já se multiplica através da recente designação do missionário Ulisses.
- Que a Igreja não possui mecanismos atuais de diálogo efetivo com a JOCUM que avalize critérios de parceria, que descreva ações de parceria, que pontue elementos teológicos e metodológicos de parceria.

Solicitamos ao Colégio Episcopal:

- Que estabeleça em caráter urgentíssimo um canal de diálogo com a JOCUM em Porto Velho visando mapear parâmetros de diálogo e visualizar caminhos de parceria.
- Que a JOCUM não seja a referência de formação teológica para o trabalho metodista.
- Que não reconheça, divulgue ou assuma institucionalmente os trabalhos da JOCUM junto aos Suruaha e aos Pirahã como trabalhos metodistas.
- Que torne nulas as designações feitas.
- Que crie outros parâmetros de relacionamento financeiro com missionários de outras instituições para-eclesiásticas.

Que assim seja, na graça de Deus e misericórdia do nosso Senhor. Assinam os presentes,

Acervo ISA

Documento Resposta do Colégio Episcopal

CNAS085-03

São Paulo,4 de novembro de 2003

Zélia Soares de Souza
Marly Schiavini de Castro
Silas da Silva Moraes
Solange Pereira da Silva
Ana Claudia Figueroa
Paulo da Silva Costa
Imaculada da C. Costa
Saulo de Tarso Cerqueira Baptista
Jaider Batista da Silva

Luis Aparício Callaú

Bispo João Alves de Oliveira Filho
Levi Marques Pereira
João Luis Ferreira
Genilma Boehler
Stanley da Silva Moraes
Luiz Carlos Escobar
José Pontes Sobrinho
Bispo Adolfo Evaristo de Souza

Graça e paz!

A Mesa do Colégio Episcopal, em sua última reunião em 15 de abril de 2003, analisou as propostas apresentadas na Consulta GTI/GTME/CE e confirmou o nome do Rev. Luis Aparício Callaú como pessoa de referência do Grupo de Trabalho Indigenista – GTI.

As demais propostas apresentadas estão em estudo pelo Colégio Episcopal e posteriormente estarão recebendo um parecer.

Agradecemos a todos que participaram da consulta e da construção das propostas apresentadas. Em breve estaremos reunidos com o Rev. Luis Aparício Callaú para darmos os encaminhamentos necessários a consulta.

Contamos com as orações e apoio de todos na vida e missão da Igreja junto aos povos indígenas.

Coloco-me a disposição para informações que se fizerem necessárias e rogo as bênçãos de Deus sobre sua vida, família e ministério.

Atenciosamente,

Keila Guimarães
Secretária Executiva Nacional de Ação Social

C/c: Bispos e Bispa

Acervo ISA

- Que, por indicação consensual e unânime, o Pastor Luis Aparício Callaú seja nomeado para ser a pessoa de referência da Pastoral Indigenista.
- Que seja garantido, de imediato, duas pessoas para formação indigenistas para ocupar as vagas existentes na Missão Metodista junto aos Tremembé e na Missão Metodista junto aos Kanamari.

São Paulo, 17 de março de 2003.

Aos Revmos Bispos e Bispa
João Alves de Oliveira Filho – Presidente do Colégio Episcopal
Paulo de Tarso Lockmann – 1ª Região
Luis Vergílio Batista da Rosa – 2ª Região
Adriel de Souza Maia – 3ª Região
Josué Adam Lasier – 4ª Região
João Carlos Lopes – 6ª Região
Marisa de Freitas Coutinho – REMNE
Adolfo Evaristo de Souza – CMA

Ref.: Ministério Barco Hospital

A Pastoral Indigenista e o Grupo de Apoio à Pastoral Indigenista, reunidos nos dias 16 e 17 de março do corrente ano, vem, através desta, manifestar publicamente sua preocupação e considerações quanto ao chamado Ministério Barco Hospital:

- Tendo tomado conhecimento, através de pública divulgação, de que este Ministério "esteve durante 6 a 13 de outubro passado atendendo uma tribo Yanomami" (Compartilhar Pastoral, p. 7, fev/03, REMNE) e de que ouvimos do bispo Adolfo, a viva voz hoje, a pretensão de atendimento a comunidades ribeirinhas e indígenas na Amazônia.
- Considerando que as instituições que historicamente já adotaram práticas similares nos últimos 20 anos têm modificado substancialmente sua estrutura de trabalho, justamente por ser um modelo de atendimento oneroso, não continuado, sem compromissos cotidianos com as comunidades visadas.
- Considerando que as iniciativas de implementação de políticas públicas em saúde junto a povos indígenas são regidas por orientação e legislação própria, resguardando o caráter diferencializado de qualquer iniciativa em saúde que vise atendimento a povos indígenas.
- Considerando que qualquer trabalho missionário que declare envolvimento com povos indígenas exige formação específica e controle rigoroso das possibilidades de impacto nas comunidades indígenas, principalmente devido às características particularidades do sistema imunológico das populações indígenas.

Por esses e outros motivos:

- Se há 20 anos atrás se achava que seria o caminho possível, está claro que hoje não é mais. É inconveniente que a Igreja Metodista assuma qualquer tipo de compromisso com este modelo de trabalho missionário, que não é o adequado para atendimento em saúde na região amazônica.

Assinamos os presentes,

Acervo ISA

A Contribuição do GTME (apresentado e debatido)

Na conversa sobre o programa do GTME para os próximos anos, foi explicitada a retomada das atividades de capacitação para indigenistas como ponto central, destacando o Seminário Indigenista de julho/2003, que terá por tema "Políticas Indigenistas e a participação das Pastorais".

Foi comentado pelos representantes desta entidade o propósito de maior aproximação com as Igrejas e Pastorais Indigenistas ligadas a estas, o que está explicitamente ligado a realização de Consultas – tais como esta – com as demais Igrejas historicamente parceiras do GTME.

Outro fator para efetivação do GTME enquanto entidade com ênfase no trabalho de fortalecimento e articulação destas Pastorais, consiste na alteração estatutária ocorrida na sua última Assembléia (jul./2002), onde as Pastorais são convidadas a se filiarem enquanto entidades ao GTME, tendo 2 representantes com plenos direitos nas Assembléias. Antes desta alteração as filiações eram apenas pessoais, havendo participações das Igrejas nas Assembléias, mas sem direito a ocuparem cargos na Diretoria.

Sobre o programa também foi salientada a continuidade na produção dos materiais para a Semana dos Povos Indígenas, sendo destacado que a produção de "livreto para crianças" (atualmente produzido pelo COMIN) passará a ser também produzido em conjunto com o GTME, podendo já em 2004 contemplar um dos povos com os quais a IM atua.

Sobre a atuação direta com os povos indígenas, foi destacado o apoio a estudantes de terceiro grau no Mato Grosso, através de bolsas de estudo. Também comentou-se a possibilidade de realização, em parceria com o CLAI, de um encontro com líderes cristãos indígenas, que seria uma espécie de desdobramentos dos Encontros de Espiritualidade Indígena já realizados. Esta proposta gerou interesse da parte dos bispos e a sugestão de que seja buscado o auxílio do CIEMAL, uma vez que na América Latina há diversos países onde a Igreja Metodista é marcadamente indígena.

Analisando a contribuição do GTME...

Acervo ISA

...e sistematizando debates e propostas.

Notícia da Consulta no Expositor Cristão

Ação Social

Consulta sobre Pastoral Indigenista reúne Colégio Episcopal e missionários da área na Sede Nacional

Ana Claudia Figueroa, Pastoral Indigenista

Aconteceu, na Sede Nacional da Igreja Metodista, entre os dias 16 a 18 de março de 2003, a Consulta Nacional sobre o trabalho missionário metodista entre povos indígenas. Uma iniciativa conjunta do Grupo de Trabalho Indigenista da Igreja Metodista – GTI, o Grupo de Trabalho Missionário Evangélico – GTME, a Coordenação Nacional de Ação Social e o Colégio Episcopal.

Pela primeira vez na história da Igreja Metodista brasileira, o Colégio Episcopal esteve em diálogo aberto com todos os indigenistas envolvidos em trabalho missionário da Igreja Metodista. A Consulta possibilitou uma avaliação da caminhada da missão metodista entre povos indígenas e apontamentos de demandas para novas atuações. Também se refletiu sobre modificações na organização institucional da Pastoral Indigenista.

Entre os assuntos tratados, destacamos as preocupações com o crescimento do metodismo no norte brasileiro e as ações missionárias entre povos indígenas que demandam formação específica e qualificada. Também a necessidade urgente de desenvolver programas vocacionais para o trabalho missionário e garantir uma adequada formação para as pessoas se envolverem com a missão específica.

O diálogo com GTME fortaleceu as perspectivas de consolidar a parceria para oferecer formação qualificada aos que iniciam na missão indigenista, bem como programas de formação continuada para os que já trabalham ou se solidarizam com povos indígenas.

Constatou-se também a necessidade de criar um instrumento de comunicação que possa dar maior visibilidade aos trabalhos já existentes e auxiliar as igrejas locais no desafio de compreender melhor a tarefa missionária entre povos indígenas.

A Igreja Metodista vive tempos em que a sociedade, desde a perspectiva pluriétnica, exige uma melhor compreensão dos caminhos de contribuição que pode oferecer ao diálogo interétnico necessário, principalmente quando falamos de uma relação histórica marcada por desigualdades que custaram, e ainda custam, a vida de grupos indígenas inteiros. Está nitidamente em evidência a necessidade de uma vivência missionária conseqüente e solidária.

Ana Cláudia Figueroa

Uma das etnias indígenas atendidas pela Pastoral Indigenista Metodista é o povo Kanamari